

Sequência didática sobre educação fiscal: uma contribuição ao desenvolvimento da cidadania dos estudantes de um curso Técnico em Administração

Didactic sequence on tax education: a contribution to the development of citizenship of students in a Technical course in Administration

Recebido: 12/01/2024 | Revisado:
16/03/2024 | Aceito: 24/10/2024 |
Publicado: 04/04/2025

Renato Luís Pivello
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7095-158X>
Centro Paula Souza
E-mail: rlpivello@hotmail.com

Amanda Ribeiro Vieira
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7563-8028>
Instituto Federal de São Paulo
E-mail: avieira@ifsp.edu.br

Como citar: PIVELLO, R. L.; VIEIRA, A. R. Sequência didática sobre educação fiscal: uma contribuição ao desenvolvimento da cidadania dos estudantes de um curso Técnico em Administração. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 25, p.1-29 e16850, abr. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A cultura brasileira carrega a oposição ao pagamento de impostos, isto se deve à ideia de que tais recursos não serão bem direcionados pelos governantes. Os contribuintes sentem-se desestimulados a recolher seus tributos por não perceberem retornos efetivos por parte da administração pública, o que culmina em uma cultura de sonegação. Assim, o presente trabalho teve como objetivo desenvolver e avaliar uma sequência didática sobre o tema educação fiscal para contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes de um Curso Técnico em Administração. A pesquisa foi estruturada em três etapas. A etapa 1 compreendeu a aplicação do questionário diagnóstico aos estudantes. Na etapa 2, foi desenvolvida e aplicada a Sequência Didática. A etapa 3 consistiu na avaliação da Sequência Didática desenvolvida.

Palavras-chave: Cidadania Fiscal; Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Formação Humana Integral; Produto Educacional.

Abstract

Brazilian culture is opposed to paying taxes, this is due to the idea that such resources will not be well directed by governments. Taxpayers feel discouraged from paying their taxes because they do not see effective returns from the public administration, which culminates in a culture of tax evasion. Thus, the present work aimed to develop and evaluate an educational product about tax education to contribute to the development of citizenship among students taking a Technical Course in Administration. The research was structured in three stages. Stage 1 comprised the application of the diagnostic questionnaire to students. In stage 2, the Didactic Sequence was developed and applied. Stage 3 consisted of evaluating the Didactic Sequence.

Keywords: Tax Citizenship; Professional and Technological Education; Integral Human Training; Educational Product

1 INTRODUÇÃO

Existe a sensação de que o Brasil é um dos países com maior carga tributária no mundo, onde os impostos recaem com muito mais peso sobre o consumo de bens e serviços do que sobre a origem das rendas em geral, ou seja, há uma cobrança maior de impostos dos mais pobres do que dos mais ricos (YOUNG, 2022).

De acordo com Young (2022), o peso da carga tributária no Brasil, em 2018, correspondia a 33% do PIB e se comparado com a carga tributária de outros 27 países-membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil figurava na 18ª posição.

O Ministério da Economia apresentou a estimativa da carga tributária referente ao ano de 2021, que refletia 33,90% do PIB. Na composição da carga tributária por classificação econômica, os impostos sobre bens e serviços foram os mais relevantes, representando 14,76% do total de 33,90% (BRASIL, 2022).

A cultura brasileira carrega historicamente a oposição ao pagamento de impostos, isto se deve à ideia de que tais recursos não serão bem direcionados pelos governantes (CORRÊA, 1996). Os contribuintes sentem-se desestimulados a recolher seus tributos por não perceberem retornos efetivos por parte da administração pública, o que culmina em uma cultura de sonegação (RUA, 2000).

O conhecimento sobre os valores da cidadania e o despertar da consciência coletiva para o que são, o que fazem e como funcionam as instituições públicas perdeu importância na formação do povo brasileiro, com prejuízos irreparáveis para o pleno exercício da cidadania. (QUEIROZ, 2012, p.7).

Visando contribuir para a formação cidadã e a conscientização sobre a função social dos tributos, foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), que trouxe um importante debate sobre o tema Educação Fiscal no Brasil (BRASIL, 2009).

Campanha e Tenório (2017, p. 8) afirmam que o objetivo geral do Programa Nacional de Educação Fiscal é “promover e institucionalizar a educação fiscal em todo o país para o pleno exercício da cidadania”. Com base nesse objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos: (1) “sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo”; (2) “levar conhecimento aos cidadãos sobre administração pública” e (3) “criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão”.

No entanto, somente em 2017 que o Ministério da Educação tornou a educação fiscal como parte do projeto político pedagógico das escolas como tema transversal, contemplada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, mesmo não sendo aplicado diretamente aos cursos técnicos de nível médio, demonstra a importância e relevância do assunto.

Os temas transversais atuam como eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto descontextualizado nas aulas (CASTRO, 2007).

Castro (2007) reforça ainda que, o papel da escola ao trabalhar temas transversais é facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, para que a Educação realmente constitua o meio de transformação social.

Segundo Gesser e Ranghetti (2011), na educação profissional e tecnológica (EPT), o currículo deve desenvolver a capacidade do pensamento crítico, da reflexão e das teorias e da prática de determinada profissão, além de se reconhecer que escolhas (pessoais e profissionais) são sempre carregadas de valores. Por isso, tanto o currículo quanto seus fundamentos devem ser históricos e críticos.

Considerando que as propostas pedagógicas da Educação Profissional e Tecnológica se apresentam baseadas no princípio da formação humana integral e no trabalho como princípio educativo, voltada para uma educação emancipatória, mostra-se pertinente a inserção de conteúdos não previstos no currículo, como tema transversal, que podem contribuir para o fortalecimento da cidadania fiscal e a formação integral dos alunos na EPT. (SANTOS, 2021, p. 17).

Com o intuito de encontrar trabalhos que abordem o tema educação fiscal voltada à EPT foram realizadas consultas aos bancos de dissertações do Observatório ProfEPT, do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e ao Catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Nessa busca, foram utilizadas palavras chaves com os seguintes termos: “Cidadania Fiscal”, “Educação Fiscal, seguidos da palavra “EPT” ou “Educação Profissional e Tecnológica”. O quadro a seguir apresenta o resultado das consultas aos bancos de dissertações e teses.

Quadro 1: Dissertação que aborda a educação fiscal voltada à EPT

Autor(a)	Título da dissertação	Objetivo do trabalho
Maria Rita dos Santos (IFSULDEMINAS)	Educação para a Cidadania Fiscal: um contributo para a Formação Integral dos Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.	Proposta de abordagem da temática Educação Fiscal na EPT, por meio de um produto educacional no formato de cartilha, visando o fortalecimento da cidadania fiscal e contribuindo assim para a formação integral dos alunos.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Foram encontrados artigos e dissertações sobre os temas pesquisados, porém, apenas uma dissertação que aborda a educação fiscal voltada à educação profissional e tecnológica. Nota-se, portanto, uma lacuna de trabalhos com tal abordagem, oportunidade para o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, diante deste contexto, o objetivo deste trabalho foi desenvolver e avaliar um produto educacional sobre o tema Educação Fiscal, que visa contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir o objetivo geral deste estudo, o tipo de pesquisa a ser utilizado foi a pesquisa descritiva.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc (Gil, 2002, p. 42).

O planejamento da pesquisa foi estruturado em 3 etapas conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Relação entre as etapas e os objetivos específicos da pesquisa

Etapas da Pesquisa	Objetivos específicos
Etapa 1: Aplicação e análise do questionário diagnóstico	Realizar uma atividade diagnóstica com os alunos do Curso Técnico em Administração da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior do município de Olímpia-SP para avaliar o grau de conhecimento sobre educação fiscal.
Etapa 2: Desenvolvimento e aplicação do produto educacional	Desenvolver e aplicar um Produto Educacional que aborde a educação fiscal e que contribua para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes.
Etapa 3: Avaliação do produto educacional	Avaliar o Produto Educacional desenvolvido e suas contribuições para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na primeira etapa, foi aplicado um questionário diagnóstico para medir o conhecimento prévio sobre educação fiscal dos estudantes da turma do 2º módulo do

Curso Técnico em Administração da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior localizada no município de Olímpia-SP¹.

Figueiredo e Souza (2011, p. 108) comentam que “o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados”.

A aplicação do questionário diagnóstico ocorreu de forma presencial nos dias 19 e 20 de junho de 2023 em horário de aula no período noturno, antes das férias escolares de julho, para que houvesse tempo hábil para se analisar os dados e iniciar o desenvolvido do Produto Educacional.

Havia 30 alunos matriculados no curso, sendo que 28 responderam no dia 19 de junho de 2023 e 2 responderam no dia 20 de junho de 2023. Portanto, uma taxa de resposta de 100%.

Com base nos dados levantados na 1ª etapa da pesquisa, foi desenvolvido um produto educacional no formato de Sequência didática, trabalhado de forma transversal e contextualizada com a realidade dos alunos do 3º módulo do Curso Técnico em Administração da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior localizada no município de Olímpia-SP².

Zabala (1998, p. 54) afirma que o objetivo da Sequência Didática deve ser:

[...] introduzir nas diferentes formas de intervenção aquelas atividades que possibilitem uma melhora de nossa atuação nas aulas, como resultado de um conhecimento mais profundo das variáveis que intervêm e do papel que cada uma delas tem no processo de aprendizagem dos meninos e meninas (ZABALA, 1998, p. 54).

A elaboração da Sequência Didática seguiu os três momentos pedagógicos propostos por Freire e Faundez (1985): problematização, contextualização e dialogicidade. A Sequência Didática foi estruturada em quatro aulas conforme revela o quadro a seguir.

Quadro 3: Estrutura da Sequência Didática

Aulas	Estratégia	Ferramenta
Aula 1	História em quadrinhos, Aula expositiva dialogada, Gamificação	Pixton, PowerPoint e Kahoot
Aula 2	Aula expositiva dialogada e Gamificação	PowerPoint e Wordwall

¹ Curso Técnico em Administração da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior possui duração de 3 semestres e, no momento da aplicação do questionário diagnóstico, em junho de 2023, a turma alvo da pesquisa estava cursando o 2º módulo do curso.

² No 2º semestre de 2023, quando ocorreu a aplicação do Produto Educacional, os estudantes da turma alvo da pesquisa estavam cursando o 3º e último módulo do curso.

Aula 3	Audiência Pública	
Aula 4	Seminário – Painel colaborativo	Padlet

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Após a realização de todas as etapas da Sequência Didática, os alunos responderam ao questionário de avaliação do Produto Educacional, que ocorreu de forma presencial, na noite do dia 20 de setembro de 2023. Neste momento, havia 29 alunos na sala de aula, sendo que 28 alunos responderam ao questionário, o que representa uma taxa de resposta de 96,55%.

Apenas uma aluna, que apesar de estar presente em sala aula não quis responder ao questionário, por não ter participado das etapas anteriores. Vale destacar que no início dessa pesquisa, no 1º semestre de 2023, havia 30 alunos matriculados na turma alvo do estudo, mas durante o decorrer da pesquisa, um aluno evadiu.

3 APLICAÇÃO E ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO

O questionário foi aplicado a 30 alunos do 2º módulo do Curso Técnico em Administração da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior no período noturno. Os alunos possuíam idade entre 17 e 43 anos, tendo uma média de idade de 25,5 anos.

Uma das perguntas do questionário buscou verificar se os alunos se consideravam um cidadão, como mostra a Tabela 1. Para Pinsky e Pinsky (2003, p. 9), ser cidadão é:

[...] ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Tabela 1: Respostas à pergunta: Você se considera um cidadão?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Sim	23	77%
Não	0	0%
Parcialmente	7	23%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Nota-se que 23 alunos responderam “sim”, que se consideravam um cidadão. No entanto, analisando a Tabela 2, apenas 16 alunos responderam que já ouviram falar de cidadania fiscal.

Cidadania fiscal, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso (2022, online), “é o exercício, pelo cidadão, do direito de ser adequadamente informado sobre a origem e aplicação dos recursos públicos, fiscalizando a transformação dos tributos pagos em obras e serviços de qualidade”.

Tabela 2: Respostas à pergunta: Você já ouviu falar em cidadania fiscal? Sabe o que é?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Sim	16	53%
Não	9	30%
Não sei responder	5	17%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Verificando a Tabela 3, constata-se que a maioria dos estudantes (16) ouviu falar ocasionalmente em impostos, orçamento público e orçamento participativo, sendo temas pouco recorrentes no cotidiano dos alunos.

Tabela 3: Respostas à pergunta: Já ouviu falar em temas como: impostos, orçamento público, orçamento participativo?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Muito frequentemente	6	20%
Frequentemente	8	27%
Ocasionalmente	16	53%
Raramente	0	0%
Nunca	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Embora 16 alunos ouviram falar ocasionalmente em impostos, orçamento público e orçamento participativo (Tabela 3), 25 estudantes concordam totalmente que os conhecimentos sobre estes temas são de grande relevância para as suas vidas (Tabela 4).

Tabela 4: Respostas à pergunta: Você acredita que o conhecimento sobre esses temas pode ter alguma relevância em sua vida?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	25	83%
Concordo Parcialmente	5	17%
Discordo Parcialmente	0	0%
Discordo Totalmente	0	0%
Não sei responder	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A Tabela 5 revela que 23 estudantes concordam totalmente que boa parte da população brasileira desconhece a forma como os tributos são cobrados, o que demonstra a necessidade de disseminar tais conhecimentos à população.

Tabela 5: Respostas à pergunta: Você acredita que boa parte da população brasileira desconhece a cobrança de tributos?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	23	77%
Concordo Parcialmente	7	23%
Discordo Parcialmente	0	0%
Discordo Totalmente	0	0%
Não sei responder	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A percepção dos estudantes relatada na Tabela 5 está de acordo com os dados apresentados por Oliveira (2010), que revela que 22,5% da população brasileira que paga imposto não sabe identificar o nome de pelo menos um tributo específico. Além disso, uma pesquisa encomendada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) revelou que a maioria da população não faz a menor ideia de quanto paga de tributos sobre mercadorias e serviços (SINDIFISCO-RS, 2010).

Por meio da Tabela 6 é possível verificar que 12 estudantes discordam totalmente e 10 discordam parcialmente que a cobrança de tributos é justa no Brasil. Esta percepção de injustiça pode ser explicada, conforme já citado, pelo fato de os impostos recaírem com muito mais peso sobre o consumo de bens e serviços do que sobre a origem das rendas em geral, ou seja, há uma cobrança maior de impostos dos mais pobres do que dos mais ricos (YOUNG, 2022).

Tabela 6: Respostas à pergunta: Você acredita que a cobrança de tributos no Brasil é justa?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	1	3%
Concordo Parcialmente	7	23%
Discordo Parcialmente	10	33%
Discordo Totalmente	12	40%
Não sei responder	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Embora haja a percepção de injustiça a respeito da cobrança de impostos no Brasil, 10 estudantes concordam totalmente e 15 concordam parcialmente que os tributos têm alguma importância para a sociedade (Tabela 7).

Tabela 7: Respostas à pergunta: Você acredita que os tributos têm alguma importância para a sociedade?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	10	33%
Concordo Parcialmente	15	50%
Discordo Parcialmente	4	13%
Discordo Totalmente	0	0%
Não sei responder	1	3%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A percepção da importância do pagamento de tributos para a sociedade, pode estar relacionada com o fato de que o Estado consegue a receita para custear os serviços necessários para a sociedade por meio dos impostos pagos pelo cidadão conforme explica Correia Neto (2019).

Apesar da maioria dos estudantes concordarem que os impostos são importantes para a sociedade, 21 responderam que concordam totalmente e 8 concordam parcialmente que os brasileiros pagam muitos impostos (Tabela 8).

Tabela 8: Respostas à pergunta: Você concorda com a afirmação: O Brasileiro paga muitos impostos!

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	21	70%
Concordo Parcialmente	8	27%
Discordo Parcialmente	1	3%
Discordo Totalmente	0	0%
Não sei responder	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

É provável que a percepção dos estudantes sobre o brasileiro pagar muitos impostos esteja relacionada à sensação de que o retorno do dinheiro pago em tributos à população é ruim ou péssimo como pode ser verificado na Tabela 9.

Tabela 9: Respostas à pergunta: Como você classificaria o retorno à sociedade do dinheiro pago em tributos pela população?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Excelente	1	3%
Bom	2	7%
Razoável	5	17%
Ruim	16	53%
Péssimo	6	20%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Esta percepção dos estudantes, coincide com a afirmação de Rúa (2000) de que os contribuintes se sentem desestimulados a recolher seus tributos por não perceberem retornos efetivos por parte da administração pública, o que culmina em uma cultura de sonegação.

Pela Tabela 10, nota-se que a maioria dos estudantes nunca participou de audiências públicas para elaboração do orçamento público, o que impacta no pleno exercício da cidadania fiscal.

Tabela 10: Respostas à pergunta: Com que frequência você participa de audiências públicas para elaboração do Orçamento?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Muito frequentemente	0	0%
Frequentemente	0	0%
Ocasionalmente	2	7%
Raramente	10	33%
Nunca	18	60%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Ainda que a maioria dos estudantes nunca tenha participado de audiências públicas para elaboração do orçamento público, 13 alunos concordam totalmente e 14 concordam parcialmente que a participação do cidadão na elaboração do orçamento público pode ser importante para uma mudança na sociedade (Tabela 11).

Tabela 11: Respostas à pergunta: Você acredita que a participação do cidadão na elaboração do orçamento público pode ser importante para uma mudança na sociedade?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	13	43%
Concordo Parcialmente	14	47%
Discordo Parcialmente	1	3%
Discordo Totalmente	0	0%
Não sei responder	2	7%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Siqueira (2016, p. 41) comenta sobre a importância da participação da população na elaboração do orçamento público.

A participação da sociedade é particularmente importante porque promove a boa governança e a transparência, aumenta a justiça social, envolvendo os socialmente vulneráveis e excluídos, e ajuda os indivíduos a se tornarem cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade. [...] A participação popular no orçamento se dá por meio de assembleias locais (municipais, regionais ou de bairros). Nestas reuniões a Administração Pública abre debate diretamente com a população para que estas possam expor as prioridades de suas

regiões. Com o OP o governo passa a investir mais nas áreas sociais, atendendo às carências da população, as quais foram apontadas pela própria comunidade. Além do estabelecimento de prioridades pelos integrantes da sociedade, o orçamento participativo estimula a fiscalização, efetuada diretamente pela mesma parcela da sociedade que estipulou as prioridades, das ações governamentais (SIQUEIRA, 2016, p. 41).

A participação popular acaba sendo uma forma de fiscalizar os atos praticados pelos governantes e, nesse quesito, 28 alunos concordam totalmente e 2 concordam parcialmente (Tabela 12). Para Abraham (2015, p. 193), há vários mecanismos para a participação do povo reconhecidos no Estado de Direito brasileiro, sendo que o principal é “a escolha de seus representantes no Poder Executivo e no Poder Legislativo por meio do voto. [...] E, na área financeira, encontra-se mais recentemente o orçamento participativo”.

Tabela 12: Respostas à pergunta: Você acredita que a população deveria fiscalizar os atos praticados pelos governantes?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	28	93%
Concordo Parcialmente	2	7%
Discordo Parcialmente	0	0%
Discordo Totalmente	0	0%
Não sei responder	0	0%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Por fim, a Tabela 13 apresenta as respostas dadas pelos estudantes para a pergunta “Dentre as metodologias e tecnologias de ensino assinale a(s) alternativa(s) mais interessante(s) para tratar sobre o tema Cidadania Fiscal?”. Em se tratando de qual metodologia e ferramenta seria mais interessante para tratar sobre o assunto cidadania fiscal, 23 alunos responderam que seria interessante que o tema fosse apresentado como aula expositiva dialogada, 13 alunos indicaram cursos no moodle, 12 alunos indicaram seminários, 9 alunos indicaram gamificação e 2 alunos indicaram outros métodos (palestras, pesquisas).

Tabela 13: Respostas à pergunta: Dentre as metodologias e tecnologias de ensino assinale a(s) alternativa(s) mais interessante(s) para tratar sobre o tema Cidadania Fiscal?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Aula expositiva dialogada	23	39%
Cursos no Moodle	13	22%
Gamificação	9	15%
Seminário	12	20%
Outros	2	3%
Total	30	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Vale mencionar que os alunos poderiam indicar mais de uma metodologia de ensino, por isso há 59 respostas. A Sequência Didática sobre o tema cidadania fiscal foi elaborada com base nas metodologias e tecnologias de ensino indicadas pelos estudantes.

4 DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido foi uma Sequência Didática, estruturada em 4 aulas (Quadro 3), que foi aplicado aos estudantes do 3º módulo do Curso Técnico em Administração da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior do município de Olímpia-SP.

A primeira aula da Sequência Didática foi realizada no dia 30 de agosto de 2023 e contou com a presença de 26 alunos, tendo início com a leitura de uma história em quadrinhos (HQ) denominada “Cidadania Fiscal”. Cabe ressaltar que a HQ foi enviada antes do início da aula por meio do grupo de Whatsapp da turma, com todos os alunos da classe tendo acesso ao material, porém a leitura de fato aconteceu somente na aula.

A HQ foi desenvolvida utilizando a ferramenta Pixton, um software que permite apresentar textos de forma interativa, o que acaba aproximando os alunos ao tema. De acordo com Amorim (2021, p. 05), “o Pixton é uma tecnologia digital de informação e comunicação que permite criar História em Quadrinhos (HQ)”.

Figura 1: Fragmento da História em quadrinhos “Cidadania Fiscal”



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Em seguida, foi realizada uma aula expositiva dialogada sobre o funcionamento do Sistema Tributário Nacional e dos tributos, com destaque para os principais tributos e as suas implicações na vida do cidadão. Durante a aula expositiva dialogada, utilizou-se uma apresentação de slides, que foi desenvolvida no Microsoft PowerPoint.

Por ser uma aula expositiva dialogada, ao longo da explanação do conteúdo, os alunos participaram fazendo apontamentos e questionamentos, o que gerou um diálogo entre o professor e os alunos.

De acordo com Hartmann *et al* (2019, p. 1),

a aula expositiva dialogada é uma estratégia que se caracteriza pela exposição de conteúdos com a participação ativa dos estudantes, considerando o conhecimento prévio dos mesmos, sendo o professor o mediador para que os alunos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo.

Após a apresentação da aula expositiva dialogada, foi aplicado um questionário (Quizz) no formato de gamificação usando a ferramenta online e gratuita de perguntas e respostas Kahoot, que tem como intuito avaliar o conhecimento dos estudantes acerca do conteúdo apresentado.

Bottentuit Junior (2017, p. 1587) explica que “o Kahoot é um aplicativo projetado para sondagens e avaliação da aprendizagem. Introduce na sala de aula a aprendizagem baseada na gamificação”.

Nessa parte da aula, que aconteceu após o intervalo, 02 alunos acabaram se ausentando por motivos pessoais, restando 24 alunos. Dos 24 alunos presentes na aula, 22 alunos conseguiram participar efetivamente do Quizz respondendo a todas as questões, 2 alunos tiveram problemas de instabilidade em seus aparelhos, não conseguindo responder a todas as questões.

Por se tratar de um jogo online, a aula foi realizada no laboratório de informática da escola (Figura 2), que contava com 20 computadores com acesso à internet, número menor do que o necessário para aplicação do jogo, porém alguns alunos acabaram usando os seus próprios celulares/smartphones para participação da atividade.

Figura 2: Alunos no laboratório de informática para participar do jogo online via Kahoot



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Foi disponibilizado um link (<https://kahoot.it/>) e PIN para acesso dos alunos na plataforma e, após a identificação de todos os participantes, foi dado início ao jogo (Figura 3).

Figura 3: Modelo de página contendo os participantes do Kahoot



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Todas as perguntas inseridas no Kahoot foram criadas com base no material elaborado pelo professor e na explanação durante a aula expositiva dialogada. O Quizz foi elaborado com 10 perguntas. O tempo de resposta para cada pergunta foi configurado em 20 segundos.

A segunda aula, realizada no dia 31 de agosto de 2023, também utilizou como estratégia a aula expositiva dialogada, sendo abordados os seguintes temas: orçamento público, instrumentos de planejamento da atividade econômica nacional e sua composição (PPA, LDO e LOA), importância da participação popular em audiências públicas para desenvolvimento do orçamento público. Para auxiliar a explicação dos conteúdos durante a aula expositiva dialogada, utilizou-se uma apresentação de slides, que foi desenvolvida no Microsoft PowerPoint.

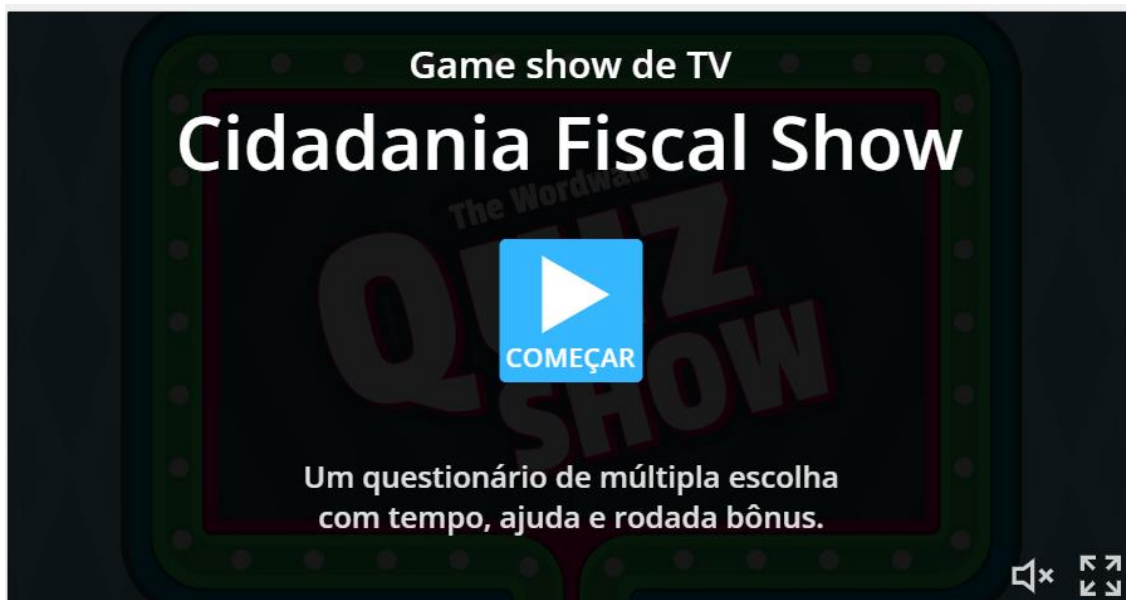
Após a aula expositiva dialogada, os alunos foram convidados a participar de um game show no formato de programa de auditório utilizando a ferramenta Wordwall sobre a temática orçamento público e orçamento participativo, acessando ao link <https://wordwall.net/pt/resource/59629024>. Diferentemente do Kahoot, o Wordwall é um jogo que pode ser jogado em outros locais e momentos, porém neste caso, o tempo para realização foi limitado ao horário da aula.

De acordo com Carvalho (2022, p. 10), “o Wordwall é uma ferramenta digital que possibilita a criação de atividades personalizadas em modelo gamificado (quizzes, jogos de palavras, competições, entre outras), utilizando poucas palavras e de forma rápida”.

Para utilização durante a Sequência Didática, o formato de jogo criado no Wordwall foi o Programa de Auditório (Quiz na TV), com a possibilidade de pontuação dobrada e tempo extra (Figura 4). Foi enviado aos alunos o link para participação no Game Show. Os 22 alunos presentes na aula responderam a 10 perguntas de múltipla escolha, com cada pergunta tendo um tempo de resposta de 30 segundos. Alguns

alunos utilizaram seus próprios celulares e outros utilizaram notebooks fornecidos pela escola.

Figura 4: Game show de TV - Cidadania Fiscal



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

O Wordwall permite que alunos em diversos locais com acesso à internet, possam participar do jogo. Possibilitando, desta forma, que alunos que não estavam presentes na aula, pudessem participar do jogo. Da turma com 29 alunos, 06 alunos não estavam presentes em sala de aula, mas participaram do jogo de diferentes locais. Apenas uma aluna não demonstrou interesse em participar.

Na terceira aula, os alunos participaram de uma audiência pública para apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2024 no município de Olímpia-SP. A audiência pública foi iniciada às 19h00, do dia 11 de setembro de 2023, nas dependências da ETEC Professor José Carlos Seno Júnior (Figura 5).

Figura 5: Convite para participação na Audiência Pública



Fonte: Diário Oficial do Município de Olímpia, Edição nº 1521, p. 17.

A audiência pública foi conduzida pela diretora da Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças do Município de Olímpia e sua equipe de gestão. Destaca-se que os alunos responderam, previamente, a um questionário para indicação de prioridades e encaminhamento de sugestões de temas prioritários para a LOA (Lei Orçamentária Anual 2024). O questionário respondido pelos estudantes era o mesmo que estava à disposição de toda a comunidade no site da Prefeitura Municipal.

A audiência pública começou às 19h15min pela diretora da Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária, que trouxe logo em seu início, um diálogo presente no clássico livro “Alice no País das Maravilhas” para contextualizar a importância do planejamento.

Antes da apresentação da LOA, a diretora da Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária explicou sobre a exigência legal da audiência e as premissas para a construção da proposta da LOA, destacando o exercício pleno da cidadania. Em seguida, expôs a proposta orçamentária para o ano de 2024, partindo da análise individual das receitas devido à especificidade de execução/aplicação de cada uma dividida por áreas como saúde, educação, assistência social, obras etc, considerando o histórico de arrecadação do município nos últimos exercícios e o planejamento municipal para o exercício de 2024 com uma previsão orçamentária de R\$ 431.326.054,15.

Ao final da apresentação foi disponibilizado um tempo para que todos pudessem tirar as suas dúvidas ou indicar sugestões junto à equipe da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, destacando-se indicações na área da saúde, educação, segurança e infraestrutura. A audiência pública foi encerrada às 20h30min, tendo uma duração de 1 hora e 15 minutos.

Na quarta e última aula da Sequência Didática, realizada no dia 20 de setembro de 2023, os alunos foram divididos em grupos para pesquisarem reportagens atuais sobre tributos e orçamento público e para apresentarem seminários.

O seminário (cuja etimologia está ligada a semente, sementeira, vida nova, ideias novas) é uma técnica riquíssima de aprendizagem que permite ao aluno desenvolver sua capacidade de pesquisa, de produção de conhecimento, de comunicação, de organização e fundamentação de ideias, de elaboração de relatório de pesquisa, de forma coletiva. (MASETTO, 2010, p.111).

Foi criado um painel colaborativo na ferramenta online e gratuita Padlet (<https://padlet.com/>) pelo professor, para que os grupos pudessem incluir as reportagens que foram apresentadas em sala de aula (Figura 6). O Padlet, segundo DOMS (2020) é uma ferramenta que permite criar quadros virtuais para organizar a rotina de trabalho, estudos ou de projetos pessoais.

O Padlet é uma ferramenta online que permite a criação de um mural ou quadro virtual dinâmico e interativo para registrar, guardar e

partilhar conteúdos multimídia. Funciona como uma folha de papel, onde se pode inserir qualquer tipo de conteúdo (texto, imagens, vídeo, hiperlinks) juntamente com outras pessoas (SEAD UFSCAR, 2018).

Figura 6: Página inicial do painel colaborativo do Padlet



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

O seminário contou com a participação de 28 alunos, que foram divididos em 05 (cinco) grupos, o que possibilitou a troca de conhecimentos e experiências por meio de constante diálogo. Cada grupo teve um tempo de 10 minutos para apresentação de sua reportagem. Ao final de cada apresentação, foi aberto um tempo para que os demais alunos pudessem participar, opinando a respeito do tema, gerando uma discussão com pluralidade de pensamentos e de ideias.

5 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Os alunos responderam ao questionário de avaliação do produto educacional no dia 20 de setembro de 2023, quando estavam cursando o 3º módulo do Curso Técnico em Administração.

Dos 30 alunos que responderam ao questionário diagnóstico, ainda na 1º semestre de 2023, quando ainda estavam cursando o 2º módulo do curso, 28 responderam ao questionário de avaliação do produto educacional, no 2º semestre de 2023, o que representa uma taxa de resposta de 93,33%.

Buscou-se com as questões de número 1 a 5 saber a opinião dos alunos quanto às estratégias e metodologias utilizadas na Sequência Didática. Na Tabela 14, verifica-se que a utilização da história em quadrinhos para contextualização da temática foi considerada excelente para 79% dos alunos e bom para 21%. A história

em quadrinhos, que foi elaborada de forma contextualizada à realidade dos alunos, motivou-os a participar dos estudos sobre cidadania fiscal.

Tabela 14: Respostas a pergunta: Como você avalia a história em quadrinhos que foi utilizada na aplicação do Produto Educacional “Cidadania Fiscal” para contextualização do assunto?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Excelente	22	79%
Bom	6	21%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A Tabela 15 indica que 82% dos alunos avaliaram como excelente a utilização das aulas expositivas dialogadas como estratégia de ensino para aprendizagem da temática.

Tabela 15: Respostas à pergunta: Como você avalia as aulas expositivas dialogadas na aplicação do Produto Educacional “Cidadania Fiscal”?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Excelente	23	82%
Bom	5	18%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Sobre a utilização das ferramentas de gamificação (Kahoot e Wordwall) na Sequência Didática, a Tabela 16 indica que para 71% dos alunos é uma excelente estratégia de ensino.

Tabela 16: Respostas à pergunta: Como você avalia as ferramentas de gamificação (Kahoot e Wordwall) na aplicação do Produto Educacional “Cidadania Fiscal”?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Excelente	20	71%
Bom	7	25%
Regular	1	4%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

Cabe ressaltar que as 3 primeiras estratégias (história em quadrinhos, aulas expositivas dialogadas e a gamificação) foram elaboradas pelo professor.

Percebe-se pela Tabela 17, que 61% dos alunos acharam excelente à participação na audiência pública, 32% dos alunos acharam bom e, para 7% dos alunos, foi apenas regular.

Tabela 17: Respostas à pergunta: Como você avalia a participação na Audiência Pública para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Excelente	17	61%
Bom	9	32%
Regular	2	7%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A utilização do seminário no formato de painel colaborativo (Padlet), conforme Tabela 18, evidencia que foi excelente para 82% dos alunos, bom para 11% dos alunos e regular para 7% dos alunos.

Tabela 18: Respostas à pergunta: Como você avalia o Seminário desenvolvido pelos alunos no formato de painel colaborativo (Padlet)?

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Excelente	23	82%
Bom	3	11%
Regular	2	7%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Todas as estratégias utilizadas na Sequência Didática foram avaliadas de forma positiva pelos alunos, sendo importante destacar que as escolhas das estratégias, com exceção da audiência pública, foram indicadas pelos próprios alunos por meio dos resultados obtidos com a aplicação questionário diagnóstico, contribuindo, assim, com a elaboração do Produto Educacional.

A Tabela 19 indica que 82% dos alunos concordam totalmente quanto à importância em se participar das audiências públicas para o futuro da sociedade, 11% concordam parcialmente e 7% não concordam nem discordam.

Tabela 19: Respostas à pergunta: A Audiência Pública para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), realizada nas dependências da ETEC, me fez perceber o quanto é importante a participação nessas ações para o futuro da sociedade.

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discordo Totalmente	0	0%
Discordo Parcialmente	0	0%
Não concordo, nem discordo	2	7%
Concordo Parcialmente	3	11%
Concordo Totalmente	23	82%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A Tabela 20 indica as respostas dos alunos quanto à compreensão dos conteúdos trabalhos com o uso dos materiais e recursos utilizados durante a aplicação do produto educacional, sendo que a maioria dos alunos concordam totalmente ou concordam parcialmente que os materiais e recursos utilizados permitiram contribuir para a compreensão do tema.

Tabela 20: Respostas à pergunta: Os materiais e recursos utilizados durante a aplicação do Produto Educacional “Cidadania Fiscal” permitiram a compreensão dos conteúdos trabalhados.

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discordo Totalmente	0	0%
Discordo Parcialmente	0	0%
Não concordo, nem discordo	2	7%
Concordo Parcialmente	8	29%
Concordo Totalmente	18	64%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A Tabela 21 indica que o produto educacional contribuiu com a mudança na forma de pensar dos estudantes sobre os tributos e a sua função social, visto que 54% dos respondentes concordam totalmente com a afirmação e 32% concordam parcialmente.

Tabela 21: Respostas à pergunta: O Produto Educacional “Cidadania Fiscal” mudou a minha forma de pensar sobre os tributos e a sua função social.

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discordo Totalmente	0	0%
Discordo Parcialmente	1	3%
Não concordo, nem discordo	3	11%
Concordo Parcialmente	9	32%
Concordo Totalmente	15	54%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Observando a Tabela 22, constata-se que a Sequência Didática foi capaz de motivar os alunos para o aprofundamento do assunto, uma vez que para 61% concordam totalmente e 25% concordam parcialmente com a afirmação “O produto educacional “Cidadania Fiscal” me motivou a aprofundar sobre o assunto”.

Tabela 22: Respostas a afirmativa: O Produto Educacional “Cidadania Fiscal” me motivou a aprofundar sobre o assunto.

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discordo Totalmente	0	0%
Discordo Parcialmente	2	7%
Não concordo, nem discordo	2	7%
Concordo Parcialmente	7	25%
Concordo Totalmente	17	61%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Por fim, a Tabela 23 aponta que 64% dos alunos concordam totalmente e 32% concordam parcialmente com a afirmativa “O produto educacional “Cidadania Fiscal” contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre tributos e orçamento público, me transformando em um cidadão com maior consciência fiscal”.

Tabela 23: Respostas à afirmativa: O Produto Educacional “Cidadania Fiscal” contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre tributos e orçamento público, me transformando em um cidadão com maior consciência fiscal.

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discordo Totalmente	0	0%
Discordo Parcialmente	0	0%
Não concordo, nem discordo	1	4%
Concordo Parcialmente	9	32%
Concordo Totalmente	18	64%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Desta forma, pode-se concluir que o produto educacional desenvolvido contribuiu para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes, uma vez que com os conhecimentos ampliados sobre Educação Fiscal, passaram a ter uma maior consciência fiscal e entenderam a importância da participação nas Audiências Públicas para discussão do orçamento público, exercendo assim sua cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensação de que o Brasil é um dos países com uma das maiores cargas tributárias do mundo ainda permanece na maioria da população, consequência do mau uso dos recursos públicos, das ações que acarretam aumento dos gastos públicos, das limitações legais para aumentar ou criar tributos e da impunidade em geral que ocorre no país.

A educação fiscal forma cidadãos mais conscientes sobre a importante função social dos tributos para a distribuição de renda em benefício dos menos favorecidos e da participação popular na elaboração do orçamento público municipal para atendimento das necessidades da população, além da necessidade de arrecadação de tributos para manutenção dos serviços públicos.

Neste sentido, este trabalho apresentou o desenvolvimento e a avaliação de um produto educacional sobre o tema Cidadania Fiscal, no formato de Sequência Didática que visa contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

Após a aplicação do produto educacional, os alunos responderam um questionário de avaliação. Todos os participantes responderam que gostaram da Sequência Didática desenvolvida. Sobre as metodologias/estratégias de ensino utilizadas na Sequência Didática, 100% dos estudantes avaliaram a utilização da história em quadrinhos e da aula expositiva dialogada como excelente ou bom, 96% dos alunos avaliaram a utilização da gamificação (Kahoot e Wordwall) como excelente ou bom, 93% dos alunos indicaram a participação na audiência pública como excelente ou bom e 93% dos alunos avaliaram o seminário no formato de painel colaborativo (Padlet) como excelente ou bom.

Como contribuição acadêmica deste estudo, indica-se que o produto educacional desenvolvido pode ser utilizado por outros docentes e em outros cursos técnicos, promovendo discussões e reflexões sobre a educação fiscal, visando a ampliação da formação humana integral dos alunos da Educação Profissional e Tecnológica.

Como limitação ao trabalho, destaca-se o fato da aplicação do produto educacional ter ocorrido apenas em uma classe de um Curso Técnico em Administração, cujas aulas ocorrem no período noturno e com alunos tendo trabalho, família e problemas de ordem pessoal que de certa forma acabaram afastando alguns estudantes de algumas etapas da Sequência Didática.

Como sugestão para continuidade ou até mesmo a realização de trabalhos futuros, indica-se a elaboração de novos produtos educacionais sobre o tema educação fiscal para aplicação aos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, M. Orçamento Público como Instrumento de Cidadania Fiscal. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba. v. 17, n. 17, p. 188-209, de 2015. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/596/421>. Acesso em: 26 dez. 2022.

AMORIM, G. P.S. **Uso de histórias em quadrinhos pixton como recurso didático para o estudo de genética no ensino médio**. ATTENA – Repositório Digital da UFPE. Recife-PE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/50229/1/Amorim%2c%20Gabriela%20Priscila%20de%20Sena.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B. O aplicativo Kahoot na educação: verificando os conhecimentos dos alunos em tempo real. In: Gomes, M. J.; OSÓRIO, A. J.; VALENTE, A. L (Org.). **Livro de atas X Conferência Internacional de TIC na Educação - Challenges 2017**. p. 1587-1602. Disponível em: file:///C:/Users/Servidores/Downloads/Atas_Challenges17_retificadas.pdf. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5. 172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim: Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral: Carga tributária bruta do Governo Geral chega a 33,90% do PIB em 2021**. Publicado em 04/04/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-chega-a-33-90-do-pib-em-2021>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)**. Caderno 1: Educação Fiscal no Contexto Social. 4. ed. rev. e atual. Brasília: ESAF, 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/2325/1938/3867>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CAMPANHA, A.; TENÓRIO, R. M. A educação fiscal e suas implicações para o exercício da cidadania e para a melhoria qualitativa da vida em sociedade. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicada**. Vitória da Conquista-BA. Ano XIV. n. 23, p. 1- 14, 2017. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/2325/1938>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CARVALHO, G. R. **Plataforma Worldwall: Uma Proposta de Ferramenta Pedagógica na Aprendizagem de Números Inteiros**. 2022. 64 f. Dissertação (Mestrado) UFPI - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – Profmat. Teresina- PI, 2022. Disponível em: https://sca.profmat-sbm.org.br/profmat_tcc.php?id1=6656&id2=171054891. Acesso em: 11 fev. 2024.

CASTRO, A. H. **Brasil escola: Os temas transversais na escola básica**. (2007). Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/os-temas-transversais-na-escola-basica.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CORRÊA, A. **Dos crimes contra a ordem tributária: comentários à Lei no 8.137/90**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

CORREIA NETO, C. B. **Sistema Tributário Nacional - Texto Base da Consultoria Legislativa** (2019). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/sistema-tributario-nacional-jun-2019/Textobase1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

DOMS, C. **O que é Padlet? Veja como usar ferramenta para criar quadro virtual**. Tech Tudo (2020). Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2020/07/o-que-e-padlet-veja-como-usar-ferramenta-para-criar-quadro-virtual.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: Da redação científica à apresentação do texto final**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FREIRE, P; FAUNDEZ, A. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GESSER, V.; RANGHETTI, D. S. **O Currículo no Ensino Superior: Princípios epistemológicos para um Design Contemporâneo**. Revista e-curriculum. São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/6775/4902>. Acesso em: 01 dez. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HARTMANN, A. C. et al. **A importância da aula expositiva dialogada no ensino de ciências e biologia.** II Encontro de Debates sobre Trabalho, Educação e Currículo Integrado. UNIJUI, 2019. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enteci/article/view/11554/10244>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MASETTO, M. T. **O professor na hora da verdade:** a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercamp, 2010. Disponível em: https://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/MariaAnastaciaRibeiroMaiaCarbonesi_GT2_integral.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

OLIVEIRA, J. M. **Mais de 22% da população não conhece impostos que paga.** Infomoney. (2010). Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/mais-de-22-da-populacao-nao-conhece-impostos-que-paga/>. Acesso em: 06 set. 2024.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

QUEIROZ, A. A. **Noções de Política e Cidadania no Brasil** - Brasília: DIAP, 2012.

RIBEIRO, R. P. **Orçamento Público.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Cândido Mendes, Recife, 2012. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/50695.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

RENNÓ, L.; SOUZA, A. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.41, p.235-252, fev.2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n41/a14v20n41.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RUA, M. G. **Estado, governo e administração pública.** Brasília: ESAF, 2000.

SANTOS, M. R. **Educação para a Cidadania Fiscal:** um contributo para a Formação Integral dos Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2021. Poços de Caldas, 2021.

SEAD UFSCAR, **Tutorial Padlet - Criando Murais** - Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal de São Carlos, 2018. Disponível em: <https://inovaeh.sead.ufscar.br/pt-br/material-de-apoio/tutoriais/ferramentas-para-web-2.0/tutorial-padlet-criando-murais>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SEFAZ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ESTADO DO MATO GROSSO. **Cidadania Fiscal**. 2022. Disponível em: <https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/6846895-cidadania-fiscal>. Acesso em: 06 set. 2024.

SINDIFISCO-RS. Brasileiro desconhece quanto paga de imposto (2010). Disponível em: https://www.sindifisco-rs.org.br/noticia_det.php?secao_id=0&campo=2637. Acesso em: 06 set. 2024.

SIQUEIRA, V. **Direito financeiro para concursos**. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

YOUNG, V. A. F. **O Brasil tem a maior carga tributária do mundo?** Blog Sobre Economia. 02/05/2022. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2022/05/02/o-brasil-tem-a-maior-carga-tributaria-do-mundo/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.